

## Capítulo 28

### CADEIA

**U**M dos mais difíceis problemas que a Vila desejava solucionar era o da construção de uma cadeia segura. Desde a instalação da Câmara, em 1865, estava o prédio respectivo em mau estado<sup>1</sup>.

Na sessão da edilidade de 24 de abril de 1865 foi apresentado orçamento de 500\$000 para reparos no edifício, sendo rebocar e fazer três rampas de pedra. Na sessão de 14 de novembro do mesmo ano uma comissão foi saber como estavam as coisas por detrás das grades. Os presos disseram que eram maltratados e que as comidas eram mal feitas e que não escolhiam o feijão para cozinhar.

Na sessão de 13 de fevereiro de 1866 a Câmara pede ao governo provincial uma quota para fazer-se nova cadeia, com comodidade para as sessões do júri, vendendo-se a atual para servir de morada.

Em 18 de abril de 1873 a comissão nomeada para dar parecer sobre o conserto e prolongamento da cadeia informou que “examinando os dois pavimentos, superior e inferior do edifício, verificou estar ele com os esteios cerceados, paredes abatidas, o ferro carcomido, vidraças quebradas, além de que o edifício é por demais de pequena extensão, para as sessões do júri”. E concluiu que com 400\$000 “entrando auxílios patrióticos dos munícipes, se poderá fazer a obra. Tal é seu estado que poderá desabar em breve tempo”.

A ata de 18 de janeiro de 1879 dá uma descrição do prédio da cadeia: “As paredes de fora por serem feitas de barro e madeiras ordinárias e por estarem colocadas de modo a não receberem os raios do sol, conservando-se úmidas, sempre estão podres e imprestáveis; o telhado já também estragado necessita de pronto reparo para serem tomadas as goteiras que muito prejudicam o edifício; o teto está abatido e ameaçando desabar a qualquer hora, enfim o edifício em geral quer interior quer exterior está em um mau estado necessitando ser reparado”. A despesa foi orçada pela comissão em 500\$000.

Em sessão de 17 de janeiro de 1879 o vereador José Umbelino Fernandes propôs que se pedisse ao presidente da Província uma quota de 500\$000 para consertos na cadeia “cujos consertos são de grande urgência”. Foi aprovada e nomeada comissão composta dos srs. Francisco de Paula Dias e João Luís dos Santos para organizarem o plano e orçamento.

Nas sessões da Câmara de 1882 o assunto é sucessivamente ventilado, informando-se que segundo vários orçamentos feitos por ordem da edilidade, era necessária a quantia de quatro contos de réis para a reconstrução da cadeia nas condições indicadas. Reclamava a Câmara que em todo o município de Caconde na se via um só real dado pelo governo da Província em forma de qualquer obra pública e que Caconde não podia ser tratado como um enjeitado da Província, pois pagava impostos, tendo, por isso, direito ao benefício solicitado, por parte dos cofres públicos provinciais. A Câmara sempre se empenhara a fundo visando à construção de novo prédio que, inclusive, abrigasse o Fórum, efetuando-se reparos no prédio velho, enquanto isso não ocorresse. Como se lê da ata de 23 de julho de 1882, o governo

---

<sup>1</sup> - Em 25 de junho de 1866 o juiz municipal 1.º suplente comunicou que o Juiz da Vila condenara os réus Domingos, escravo do capitão Vicente Ferreira Pinto à pena de morte e Manoel de Souza a 8 meses de trabalhos forçados e pedia fossem levados para Mogi-Mirim, “pela fraqueza da cadeia” (Arquivo, caixa 58, ordem 848).

provincial consignou a verba de dois contos de réis destinada aos consertos da cadeia. Na sessão extraordinária de 31 de janeiro do ano seguinte, sob a presidência do vereador Sinfrônio de Souza, “foi presente o cidadão José Barbosa de Oliveira, e assinou contrato para consertos da Cadeia, como tudo consta do livro respectivo”.

Em sessão de 31-1-1883, foi pela comissão apresentado orçamento das despesas para os consertos e construção da “cadeia da Vila, importando as referidas despesas em quatro contos e duzentos mil réis. Foi presente o cidadão José Barbosa de Oliveira e assinou o contrato, como tudo consta do livro respectivo.

Na mesma sessão foi deliberado que a Câmara desse procuração ao dr. Estevão Leão Bourroul para este receber a quantia de três contos de réis votada para os reparos da cadeia, remetendo-se ao mesmo cópia do contrato feito com o cidadão José Barbosa de Oliveira, para apresenta-lo à Assembléia Provincial.

Na sessão de 10 de julho de 1885 foi lido do major José Pereira de Melo Paixão, membro da comissão nomeada para as obras da cadeia, pedindo a entrega da quantia de dois contos, duzentos e quarenta mil réis recebida do dr. Estevão Leão Bourroul. A Câmara cientificou o vereador, de que a verba de dois contos de réis, votada pela Assembléia Provincial, para os consertos da cadeia, caíra em exercício findo, por não ter sido aplicada dentro do exercício daquele ano, por motivos independentes da vontade da Câmara, com o que se privava a Vila daquele melhoramento.

Em sessão de 21 de janeiro de 1887 foi proposto que, tendo sido demarcado o lugar para ser feito o edifício da cadeia, no Largo Municipal, onde é situada mesmo a antiga cadeia, se representasse ao governo pedindo licença para a referida construção, fazendo sentir que no lugar onde está assinado, traz muitas inconveniências ao público. Posto em discussão, foi deliberado que se representasse à autoridade competente, no sentido de fazer-se a mudança da demarcação da cadeia para outro lugar, fora do Largo, contra o voto do vereador Joaquim Cândido Pereira.

A ata de 29 de fevereiro de 1890 registra o pedido da Câmara ao governo, da verba de quatro contos de réis, para reconstrução da cadeia.

Em sessão de 6 de junho de 1890 foi lido ofício do governador do Estado, datado de 22 de maio, informando existirem quatro contos de réis a favor do município, sendo dois contos do orçamento de 1888/89, sem que fosse autorizada a aplicação, dizendo mais que naquela data expedira ordem à Superintendência de Obras Públicas a fim de informar a esse respeito.

A Câmara deliberou, por unanimidade, em 10 de fevereiro de 1891, que se representasse ao governo pedindo o pagamento da quantia dotada para consertos da cadeia da Vila. Na sessão de 21 do mesmo mês e ano, foi novamente deliberado, por indicação do intendente Manoel Pereira Pener, se solicitasse ao governador do Estado solução para a construção da cadeia e criação de uma coletoria estadual.

Conforme figura na ata de 13 de janeiro de 1892, foi dotada verba para conclusão das obras da cadeia. Lemos na ata de 22 do mesmo mês e ano, que as contas do procurado da Intendência, por proposta de Antônio Augusto de Figueiredo, não deviam ser aprovadas, sem apresentação dos documentos autorizando fazer o pagamento que fez de quatrocentos mil réis sem ordem da Intendência ou de seu presidente. Pelo intendente Joaquim Pereira de Souza foi dito que achava altamente extraordinário o gasto de querosene ou de quanto em dinheiro era preciso para essa empresa e propunha o seguinte: 200 gramas de querosene por noite ou duzentos e quarenta réis por noite. Oficiou-se ao procurador nesse sentido. Na sessão de 25-1-1892 as contas do procurador foram aprovadas por unanimidade.

A ata de 25-3-1892 consigna o pedido de verba ao governo do Estado, para conclusão das obras da cadeia, em vista do péssimo estado da casa em que está instalada. A obra fora orçada em 16:0000\$000 há cinco ou mais anos, com diz a ata. Nos mesmos serviços haviam sido gastos, até essa data, 4:000\$000, pedindo-se ao governo a verba de 20: 000\$000,

necessária para a conclusão. Em 15-7-1892 foi pedida a verba de 14: 993\$668, importância orçada pelo engenheiro do Distrito, dr. Antônio de Toledo Piza, para conclusão das obras<sup>2</sup>. Como diz a ata, estas tiveram início há mais de quatro anos, portanto em 1888. O edifício era considerado de máxima importância para garantir a conservação dos presos “tornando-se esta Intendência sobrecarregada de fabulosos aluguéis para as sessões do júri, não havendo um prédio que sirva para as audiências públicas e nem tão pouco para as sessões da Intendência”.

Reunida extraordinariamente em 22 de setembro de 1892 voltou a Intendência ao mesmo assunto e decidiu oficializar ao presidente do Estado solicitando a verba de 22:344\$000, quantia esta orçada pelo mesmo engenheiro Toledo Piza, para conclusão das obras, cuja planta era de autoria do dito engenheiro.

Em 3 de março de 1895 a Intendência respondeu ao dr. Alfredo Pujol, secretário dos Negócios do Interior, quanto ao pagamento de despesas com a cadeia, informando que figuram na mesma outras adições, como limpeza, correntes, argolões, cadeados e chapas para algemas. Devolvendo a conta mencionado, a Intendência afirma que está obrigada somente ao pagamento de água e luz e não daquelas adições.

Em 1896 a Cadeia ainda não estava concluída. Em 3 de agosto desse ano a Câmara (ofício n.º 33), dirige-se a Campos Sales, presidente do Estado de São Paulo, dizendo que se vê “na imperiosa necessidade de reiterar e desta vez com maior instância, o pedido que tem feito no sentido de obter do governo a conclusão das obras da cadeia. O edifício que já está levantado até o ponto onde deve começar o pavimento superior, aí está há mais de sete anos exposto à ação do tempo a esperar verba suficiente para o seu acabamento, ao passo que esta cidade sofre a mais clamorosa necessidade de uma casa não só para prisões como para as reuniões do tribunal do júri, que tem ultimamente deixado de funcionar por falta de casa apropriada. As verbas que foram ultimamente decretadas não puderam ter aplicação por serem manifestamente insuficientes em vista das proporções da obra e do considerável aumento do preço dos serviços e dos materiais”. Assinala ainda o documento: “Este Município tem sido infelizmente esquecido e preterido na comunhão dos benefícios que o governo do Estado tem distribuído a outras localidades. É justo que lhe conceda ao menos o necessário para a conclusão de uma obra já começada e que tanta falta faz à mesma cidade que dia a dia se desenvolve e que conta no seu município **uma população superior a dez mil habitantes**”.

A ata de 28 de janeiro registra que o governo concedera a verba de 22:344\$000 para a construção e a ata de 13 de março do mesmo ano consigna comunicação do governo de que as obras seriam postas em concorrência. A 6 de maio de 1895 a Câmara pede uma verba de 30:000\$000 para conclusão das mesmas obras, em virtude do precário estado da casa que servia de cadeia.

Em 18 de agosto de 1901 abriu-se concorrência pública para a construção do edifício, sem referir o local, mas foi o Largo Municipal, que depois se chamaria Largo da Cadeia Nova. Na mesma data a Câmara aprovou verba de 500\$000 para a mudança da cadeia, que passou para o porão da Casa Grande da Soledade, com frente para a rua dos Tabajaras, hoje rua Benedito de Oliveira Santos, (ex-rua 9 de julho).

Em 30 de setembro de 1901 o assunto voltou a ser debatido pelos vereadores. Nas atas posteriores não encontramos referências à construção do edifício do Fórum (cadeia), sendo certo que em 1909 a obra estava concluída, pois aparece nas fotografias tiradas nesse ano. Não temos elementos para afirmar a data exata do término e inauguração do prédio. Em 1900 a atual Praça Joaquim José já era denominada Largo da Cadeia Nova.

O prédio agora antigo da Cadeia (Praça Cel. Joaquim José), foi abandonado por muito tempo, em virtude da construção do novo edifício na rua 13 de maio n.º 310, onde se encontra

---

<sup>2</sup> - O dr. Antônio de Toledo Piza foi nomeado a 5 de maio de 1893 diretor do Departamento do Arquivo do Estado. Paulista, natural de Capivari, nasceu a 2 de abril de 1848, tendo falecido a 9 de novembro de 1905.

também instalada a Delegacia de Polícia<sup>3</sup>. Esta funcionou no prédio que antigamente servia à Câmara Municipal, residência atual do sr. Ito Maringoli, na rua Benedito de Oliveira Santos n.º 95. A fachada desse prédio está bastante modificada. O edifício do novo Fórum, na Praça Cel. Gustavo Ribeiro, foi inaugurado em 15 de agosto de 1965.

A Delegacia de Polícia funcionou também na rua Duque de Caxias n.º 275, em prédio de propriedade do sr. Savério Tortorelli.



---

<sup>3</sup> - O edifício da Cadeia Velha foi cedido pelo Governo do Estado, em comodato, à Prefeitura Municipal. Houve indicação do vereador Waldemar Carlos de Souza para que ali se instalasse o Museu Histórico de Caconde.



Atual prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia